



O Poder Executivo em conjunto com a Câmara Municipal, realizou audiência pública para apresentação dos relatórios operacionais e financeiros do I trimestre de 2017. A audiência foi realizada em 30 de maio, p.p., às 14:00 horas e presidida pelo Presidente da Casa, Vereador Djalma Lima de Oliveira.

Estiveram presentes os Vereadores Ferrugem e Marcelo Lenha.

A audiência contou com a presença do Secretário de Gestão Administrativa e Financeira - Danilo Ramos, do Diretor Administrativo - José Roque Silva, do contador da Prefeitura Leandro Nunes, Controlador Interno - Edson Laghetto, do Secretário de Indústria Comércio e Indústria - Alexandre Gonçalves. O ex-secretário de Gestão Administrativa e Financeira, Paulo Sérgio Rodrigues da Silveira, também esteve presente representando do Secretário de Educação, Reinaldo de Oliveira.

A apresentação dos relatórios financeiros foram realizados pelo contador Leandro Nunes. Em resumo, os números demonstraram uma frustração na receita do primeiro trimestre, que deu-se, segundo Danilo Ramos, pela queda na arrecadação do ICMS e ISS.



Durante a Plenária, o Vereador e Presidente da Casa Djalma demonstrou preocupação com a queda da arrecadação, com o risco de comprometimento de serviços essenciais e se haveria mecanismos para recuperá-la, no que foi informado por Leandro e Danilo, que medidas estão sendo tomadas no sentido de conter as despesas e que há previsão de recuperação, com ações como a anistia aprovada na Câmara Municipal, de multa e juros aos impostos de quaisquer natureza, que já se inicia no mês de junho e vai até novembro e também com as obras de duplicação da Rodovia Bunjiro Nakao, que provavelmente começarão em 2018 e que gerará receita ao Município.

Já o Vereador Marcelo Lenha questionou como ficaria o pagamento dos benefícios dos funcionários. Esta pergunta foi respondida pelo Diretor Administrativo, Zé Roque, e endossada pelo Secretário Danilo Ramos, de que está sendo controlado todos os pagamentos e os funcionários estão recebendo normalmente os benefícios de direito, com exceção da licença-prêmio remunerada. E que até por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem-se procurado manter a folha dentro de seus limites.